

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº____, DE 2022

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a realização de Audiência Pública para debater obras públicas inacabadas.

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta Comissão, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para debater sobre as obras públicas inacabadas em todo o País.

Para tanto solicito sejam convidados (as):

- Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do Ministério da Educação;
- Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e
- Zé Cocá, presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB).



JUSTIFICAÇÃO

Durante a XXIII Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios, entre os dias 26 a 28 de abril, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou levantamento dando conta de que milhares de obras estão inacabadas ou paralizadas em todas as regiões do país, sendo que 70% delas se concentram nas regiões Norte e Nordeste. São quase 7 mil (6.932, exatamente) obras iniciadas entre 2012 e 2021 paralizadas, cujos investimentos somam **R\$ 9,32 bilhões**.

São obras iniciadas com convênios e contratos de repasse com recursos federais e contrapartida dos municípios, de diversas modalidades como escolas, creches, unidades habitacionais e de saúde. Mas também obras de pavimentação de estradas, iluminação pública e serviços de canalização de esgoto.

O programa federal da área de habitação (SISHAB), do Ministério do Desenvolvimento Regional, somam 896 obras inacabadas, atingindo **R\$ 3,43 bilhões**, os maiores valores de investimentos paralizados. Importante salientar que neste cálculo estão considerados apenas os empreendimentos entre os anos de 2012 a 2019, já que a partir de 2020 nenhuma obra foi cadastrada. Nesta conta estão todas as obras do “Programa Minha Casa, Minha Vida”, rebatizado de “Casa Verde e Amarela”.

Informações oriundas do Sistema Integrado de Monitoramento de Convênios (SISMOC), que concentra as informações sobre os repasses e transferências dos recursos efetuados pela FUNASA, dão conta da existência de 131 obras paralizadas, somando R\$ 533,7 milhões. Já no Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB), do Ministério da Saúde, constam 523 obras inacabadas, totalizando R\$ 313,5 milhões. E no portal operacional e de gestão do MEC, o Sistema de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), estão registradas 2.668 obras paralizadas,



alcançando R\$ 2,66 bilhões. A grande maioria dessas obras se localiza em pequenos municípios.

Senhor Presidente e caros colegas, precisamos levar em conta a falta que essas obras fazem para a população que carece desses equipamentos, que tem o exercício da cidadania impedido e seus direitos violados!

Pelas informações acima expostas, com vistas a debater esse tema com a revelância que merece, peço apoio dos nobres pares para realizarmos esta Audiência Pública.

Sala da Comissão, em 29 de abril de 2022.

Deputado **JORGE SOLLA**
(PT-BA)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228773431600>

